

TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS E PRÁTICAS DE REPRODUÇÃO NO COTIDIANO DA FORÇA DE TRABALHO URBANA

Maria Elzenita Braga Alves de Oliveira

1. SOBRE A ESCOLHA DO TEMA

A primeira idéia, referente à eleição de um tema para objeto de estudo, foi pinçada de uma pesquisa cuja pretensão se fixava em conhecer precipuamente a origem e as aspirações de uma população considerada de "baixa renda" que se distribuíra por trinta e uma áreas de João Pessoa em partes de bairros pobre e favelas.¹

O fato de ter participado de momentos daquela investigação possibilitou identificar brechas para outras reflexões, particularmente, sobre a "mobilidade urbana", item incluído para compor o quadro de referência sobre o segmento da população analisado. Essa descoberta, porém, suscitava algumas indagações: Por que abordar de novo um problema já pesquisado? O que justificaria retomá-lo? Como fazê-lo sem cair numa simples repetição dos dados e das análises?

Para responder, a recorrência à atualidade de um estudo dessa natureza, associando à importância da modernidade que envolve a temática ao possível reconhecimento da necessidade de aumentar as pesquisas sobre problemas urbanos, poderia parecer de algum modo convincente: as questões urbanas ocupam o cerne dos debates hoje e ainda são poucas as produções a nível local. Tudo isso, talvez não bastasse. Outras razões devem ser apontadas. A maior plausível deriva-se, numa ótica objetiva, da própria interpretação dos dados. Tal como posta, ela vincula a mobilidade urbana, isto é, os movimentos dessa população no espaço urbano em busca de um local de moradia, "à forma de inserção no mercado de trabalho e o conseqüente nível de renda, à propriedade privada do solo urbano com a exigência do pagamento de um tributo correspondente à renda da terra como requisito indispensável a sua ocupação, além da valorização verificada através de implantação de serviços de infraestrutura"... (FIPLAN, 1983: 106).

Esses condicionantes vários e diversificados indicam a complexidade e amplitude do fenômeno. Porém, apesar da justeza das análises, tal como postos, parecem oferecer apenas imagens de uma situação de carência generalizada em que essa população submerge. Neste sentido, parece justificar-se retomar o problema da migração intraurbana para desmontá-la e reconstruí-la passo a passo. Para tanto, procurar-se-á agora, elegendos um daqueles aspectos, o relativo à esfera do trabalho, captar a lógica desses movimentos de população e os mecanismos que se articulam para produzi-los com repercussões na reestruturação do espaço urbano.

O modo de compreender globalmente esse fenômeno que permite a submissão do trabalho ao capital nas suas diversas manifestações (seja de duração, de intensidade e de produtividade) faz indispensável que se amplie o conhecimento sobre a forma de inserção supracitada. Isso porque tais informações esgotam-se na simples enumeração e lista-

1. FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DA PARAÍBA - Coordenadoria de Estudos e Pesquisas. Populações de Baixa Renda: origens e aspirações. João Pessoa, 1983.

gem das ocupações segundo categorias censitárias e vínculo empregatício dos informantes.

É intenção, portanto, considerar outros aspectos, especialmente a mobilidade do trabalho, da força de trabalho, que se define pela precariedade e instabilidade de sua inserção no mercado produtivo, seu significado nas formas capitalistas de produção, bem como em suas estruturas heterogêneas. Tal enfoque difere daqueles adotados como referencial no tratamento de questões urbanas, seja ligadas à ocupação e/ou reestruturação do espaço, seja à produção/reprodução da força de trabalho.

A opção por esse caminho tem como suporte e ponto de partida a pesquisa em apreço que revela "pessoas situadas em diversas posições em relação ao mercado de trabalho urbano", o que evidentemente, traduz a face escondida de acumulação de capital:

"mobilidade do trabalho sob a sua forma capitalista reúne assim como outras tantas das suas formas, todos os modos que, tanto na produção de mais valia absoluta como relativa, no processo de produção de capital, na sua reprodução ampliada como na luta permanente contra a baixa tendencial da taxa de lucro, manifestam a submissão do trabalho ao capital".. (Gaudemar, 1983: 343).

Não é propósito deste trabalho investigar os deslocamentos urbanos pela lógica da valorização do solo, como é mais freqüente. Concebe-se que, adotá-la como referencial, implicaria em incluir o enfoque do mercado de terras e imóveis pelo qual passa necessariamente a formação do preço dessa mercadoria no qual o processo de privatização do seu uso e a exigência do pagamento de um tributo aparecem como condições de acesso. Tratar-se-ia de uma abordagem parcial da realidade que não possibilitaria perceber a relação de exploração que ocorre, segundo as diferentes formas de engajamento nos setores produtivos que, por via de consequência, exclui uma parcela da população, dentre outras, do acesso e do uso do solo urbano. Além do que, mecanismos de valorização (melhorias e extensão de serviços urbanos sob a gestão do Estado, mudanças em relação ao uso, etc.) seriam insuficientes como categoria explicativa dessa realidade, vez que, configurada uma situação de estabilidade e segurança ocupacional, ainda que relativas, com uma remuneração compatível, os motivos para mudanças de local de moradia por ocasião de urbanização de uma determinada área seriam provavelmente menos significativos.

Porém, cabe ressaltar que, se, por um lado, a lógica da valorização não explica a complexidade do fenômeno a ser estudado, por outro, não será descartada. Ela será retomada, quando imprescindível, como um componente do processo de crescimento de qualquer cidade inserida no contexto de acumulação capitalista.

Com isso, pretende-se ter respondido às indagações quanto à necessidade de retomar o problema da mobilidade urbana e de como fazê-lo: através de uma nova leitura do urbano onde as necessidades de circulação da força de trabalho assalariada e as necessidades de reprodução da classe trabalhadora constituem o eixo central da análise.

2. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

O problema das trajetórias ocupacionais e das práticas de reprodução adotadas pelo trabalhador urbano, inserido precariamente no mercado de trabalho, deriva-se necessariamente de transformações na estrutura produtiva e nos processos de trabalho, ocorrentes sobretudo nas três últimas décadas. Desse modo, é sob a ótica de expansão do capitalismo na economia brasileira, nela compreendida o Nordeste e o Estado que esses processos de mudanças adquirem significação.

Nesse período, intensificou-se e mudou, qualitativamente, a articulação da região nordestina com a região centro-sul, área mais industrializada do país. O desenvolvimento das relações capitalistas de produção toma um maior impulso com o surgimento de novas atividades, com a "modernização" de atividades tradicionais com as repercussões disto sobre as demais atividades urbanas e rurais (SUDENE, 1983: 23).

Os reflexos dessas transformações vão ocorrer nas profundas alterações no mercado de trabalho, criando e destruindo oportunidades de emprego, alterando os níveis e formas de remuneração da força de trabalho, intensificando-se tanto a mobilidade espacial do campo para a cidade, quanto setorial e/ou profissional.

No que se refere particularmente a João Pessoa, esta, fundada há 400 anos, mantém inicialmente o domínio político-administrativo enquanto capital do Estado, vindo com a criação da Universidade, em 1955, a ganhar destaque sua função cultural. Porém, nas últimas décadas, cresce sua importância como centro urbano que concentra os meios de produção e atividades conexas de circulação e serviços. (Lins, 1982: 28).

Verifica-se, então, uma convergência de grandes contingentes de população. Nesse sentido, João Pessoa cresce a taxas de 3,76 a. a. de 1960 para 1970, e de 4,06 a. a. de 1970 para 1980. Tal fato não se deve apenas ao seu crescimento vegetativo, pois, segundo dados do Censo Demográfico da FIBGE, 20,35% da população residente era constituída por pessoas não nascidas em João Pessoa, na década 60/70. Na seguinte, esse percentual tornou-se ainda mais elevado (24,71%). Essa tendência acentuada à urbanização que se manifesta nas altas taxas de crescimento populacional encontra sua origem, portanto, no movimento migratório determinado por causas de natureza sócio-econômicas e tecno-materiais (OLIVEIRA, 1986: 61).

Este crescimento populacional não conhece idêntica expansão do emprego, a nível do país quanto desta cidade. Isso fez com que paralelamente ao desenvolvimento da acumulação capitalista proliferassem as precárias condições de trabalho e vida de uma parte considerável da população urbana. Apesar disso, não se pode deixar de registrar, com a dinamização do setor industrial, através da criação dos Distritos Industriais e implantação de outras novas indústrias, uma geração de novos empregos na ordem de 6,20, de 1965 a 1980, segundo dados da Divisão de Economia Planejamento da Superintendência de Industrialização da Paraíba (DEP/SINEP). Também nos setores do comércio e dos serviços vão se refletir as transformações verificadas na estrutura produtiva, constatando-se uma variação nas três últimas décadas (60 - 70 - 80) de 180,0 e 80,57 para o primeiro e de 120,70 e 193,50 para o segundo.

No que se refere especificamente à questão do tempo de permanência no emprego é necessário que se coloque que apesar de ser um aspecto da maior importância e de se fazer, o mais das vezes, referências, em inúmeros estudos, à instabilidade e insegurança do trabalho, não se pode, por contingência do momento, apresentar dados estatísticos sobre essa situação. Recorreu-se apenas a dados referentes ao ano de 1979 para que se pudesse dar uma idéia pontual e fragmentária da problemática: na indústria, 62,0% dos homens permanecem menos de um ano no emprego e apenas 0,3% completam mais de 20 anos; já as mulheres apresentam para os citados períodos respectivamente 48,9% e 0,1%; no que se refere ao segmento comércio/serviços a permanência para os homens corresponde a 2,0% para mais de 20 anos e 35,85 para menos de 12 meses; para as mulheres os percentuais relativos a idênticas informações são de 3,1% e 34,1%. (LINS; 1981: 44).

A face mais visível do problema vai emergir nas formas de reprodução que essa população submetida à irregularidade da ocupação e aos baixos salários é obrigada a adotar, dentre elas, a procura de um lugar para morar ou a luta pela permanência em certo local.

Dentro dessa perspectiva, é que se supõe o deslocamento ou permanência como indicador de uma situação mais complexa caracterizada pelo regime e estatuto de ocupação. Conseqüentemente, ela tem buscado para morar áreas "periféricas", interstícios e margens alagadiças dos rios Sanhauá e Jaguaribe, fazendo emergir contradições quanto à forma de ocupação do solo urbano: "a urbanização espontânea cada vez torna-se mais expressiva, pois há, aproximadamente, 20 anos passados não existiam favelas em João Pessoa, e hoje elas são um componente sempre marcando presença na paisagem". (LINS; 1981: 33).

Resta ainda considerar o papel que o Estado desempenha através de mecanismos institucionais no âmbito do urbano. Embora sua intervenção na reprodução da força de trabalho seja mais significativa nos países considerados desenvolvidos SALAMA, 1983: 47), é viável sua atuação, seja através do desenvolvimento de programas habitacionais para população de baixa renda, seja ainda através da realização de obras básicas de infraestrutura que concorrem para a melhoria de certas áreas, conseqüentemente, para a expulsão da classe trabalhadora para outros locais onde o capital ainda não se apropriou.

Assim, coloca-se para estudo toda a complexidade do urbano, campo do valor da mercadoria e campo do extra-econômico nesse processo de expansão capitalista.

3. OBJETO DE ESTUDO

O objeto de estudo está centralizado no trabalhador urbano, inserido precariamente no mercado produtivo. A esse primeiro delineamento, acrescentava-se outro, qual seja, o de que o estudo dá ênfase especial à análise da situação social da família e não apenas ao trabalhador particularizado. O domicílio familiar será, desse modo, considerado o "laboratório onde diferentes práticas são combinadas entre os seus membros" para permitir a reprodução.

Para isso, recorrer-se-á a conceitos que se mostrem capazes de dar conta de toda essa complexidade. Um deles será o da mobilidade do trabalho através do qual se manifesta sempre o modo como os homens submetem a sua conduta às exigências do crescimento capitalista. Toda estratégia capitalista é igualmente uma estratégia não voluntária, imposta, vez que o capital não só provoca a do trabalho de que tem necessidade, mas também produz a oferta, "criando ininterruptamente trabalhadores extransumerários".

Mas, se por um lado, tem-se a estratégia capitalista da mobilidade imposta (êxodo rural, proletarianização de camponeses, a divisão de tarefas, mudanças no tempo e espaço que estas supõem), característica da evolução do capitalismo, também será considerado, pelo lado do trabalhador, a questão da reprodução da força de trabalho e de sua família. Nesse sentido, este outro conceito será utilizado para o entendimento das práticas adotadas a fim de garantir a sobrevivência.

Sabendo-se que não se trata de uma população homogênea, serão estudadas as articulações entre a mobilidade do trabalho, da força de trabalho, segundo sua inserção em atividades tipicamente capitalistas, como também em estruturas heterogêneas de produção e suas respectivas e distintas práticas de reprodução. Para tanto, serão considerados elementos desenvolvidos pelos trabalhadores que, embora não parecendo evidentes, funcionam como contraestratégia a mobilidade do trabalho. Ou seja, face à precariedade e insegurança de determinadas ocupações, o trabalhador para sobreviver é obrigado, dentre outras coisas, a mudar de moradia para locais cuja "escolha" é condicionada por fatores extraeconômicos (laços de parentesco, grupos comunitários associativos, etc.); por outro lado, os deslocamentos ou permanências que podem ocorrer devidos a lutas populares, caracterizando-se declaradamente como recusa às condições impostas pela mobilidade do emprego, serão vistas como parte integrante dessa "disputa" por outra racionalidade de reprodução e de forma de repartição social do espaço. Aparecem como conquistadas dos trabalhadores no plano da habitação e de acesso a serviços públicos. Em relação a esse aspecto, observar-se-á o papel do Estado e das políticas públicas, ou seja, certas respostas do Estado que vêm sendo executadas no tocante à reurbanização de áreas de favelas e/ou construção de moradias para trabalhador, contribuindo para imobilizar temporariamente essa força de trabalho.

4. A BUSCA DO ENTENDIMENTO: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICO

A tentativa de desenvolver uma reflexão sobre um determinado fenômeno remete à questão conceitual que se nomeia capaz de conduzir ao conhecimento do objeto em apreço. É neste sentido que se recorrerá a certas categorias já mencionadas dentro de uma expectativa e histórica da acumulação de capital para analisar a lógica da expansão capitalista urbana, condicionando mudanças nas relações sociais de produção sobre cujas bases instala-se a lógica dos movimentos de população, à procura de reprodução. Com isso, evidencia-se que o tratamento da questão fixa-se no aporte marxista, em alguns conceitos e idéias suficientemente aceitos, e as vias de explicação decorrentes encaminharão os rumos da investigação.

Como pano de fundo, tem-se a concepção mais geral do desenvolvimento diversificado da economia mundial, porém, que se apresenta de forma articulada, como um complexo de relações sociais historicamente determinadas, mas não necessariamente homogêneas. A esse processo, integra-se a economia nacional com seus aspectos específicos de um capitalismo tardio.

Para tanto, pretende-se excluir toda transposição do "modelo clássico" do desen-

volvimento do capitalismo europeu do século XIX e colocar a forma de expansão do capitalismo no contexto da realidade urbana brasileira; levando-se em conta as várias modalidades de articulação que ocorrem, seja entre setores produtivos capitalistas e estruturas de produção heterogêneas, seja entre processos de trabalhos singulares que se realizam ao nível das atividades econômicas sob a dinâmica capitalista.

Antes de se abordar o estatuto teórico da questão propriamente dita, convém fazer uma digressão em torno da palavra "mobilidade". A primeira noção que surge em relação ao termo é a de movimento, de deslocamento espacial. Porém, por extensão da noção de espaço, o conceito de mobilidade pode também abranger além dos deslocamentos geográficos, no caso, as migrações, outros, de tipos setoriais ou profissionais. Em todos esses, está-se considerando um deslocamento de uma esfera para outra.

4.1 ESBOÇO DE UMA TEORIZAÇÃO SOBRE MOBILIDADE DO TRABALHO

A. nas formas capitalistas de produção.

Para chegar à mobilidade do trabalho, da força de trabalho, Marx vai buscar na crítica à teoria do valor – trabalho de Smith e Ricardo os fundamentos de sua reflexão.

No entanto, ele não parte do valor, mas da mercadoria, "célula germinativa do modo de produção capitalista", no seu caráter dúctil: de valor de uso e de valor de troca. Examina-a como objeto que tem valor de uso, retomando de Smith a idéia de que a utilidade é apenas condição de existência do valor mas não sua medida. Distancia-se dele que atribui a medida do valor à equivalência do trabalho obtido em troca de mercadoria. Para Marx o que mede o valor de troca é a quantidade de trabalho socialmente necessário à produção da mercadoria.

Este "trabalho socialmente necessário" fica reduzido a um simples dispêndio de força humana considerada em condições normais de um dado meio social com um grau médio de aptidão e de intensidade. O trabalho complexo em sua estrutura qualificativa é desse modo reduzido a uma potência multiplicativa do trabalho, correspondente à qualificação mínima, o trabalho simples.

Isso posto, restava responder à questão do excedente de valor gerado no consumo produtivo do trabalho, até então sem nenhuma solução.

É a partir daí que se introduz o conceito de força de trabalho:

"Para poder se extrair um valor de troca do valor de uso de uma mercadoria, seria necessário que o possuidor do dinheiro tivesse a feliz possibilidade de descobrir no meio da circulação, no próprio mercado uma mercadoria cujo valor de uso possuísse a virtude particular de ser fonte de valor de troca de modo que consumí-la seria realizar trabalho e conseqüentemente criar valor. Uma mercadoria dotada desta virtude específica é efetivamente encontrada no mercado. Chama-se capacidade de trabalho ou força de trabalho". (apud Gaudemar, 1976: 188).

Desse modo, surge o valor da força de trabalho revelando a possibilidade de um valor de uso muito superior ao valor de troca, reduzida ao custo de produção da força de trabalho. Com isso o conceito de trabalho se transforma em agente da produção, passa a ser força de trabalho.

No entanto, para que isso aconteça a força de trabalho tem que ser livre:

"A transformação do dinheiro em capital exige então que o possuidor do dinheiro encontre no mercado o trabalhador livre, e livre num duplo sentido. Primeiro, o trabalhador deve ser uma pessoa livre, disposto a sua vontade de sua força de trabalho como uma mercadoria que lhe pertence; em segundo lugar, não deve ter qualquer outra mercadoria para vender; deve ser por assim dizer livre de tudo, completamente desprovido das coisas necessárias à realização de sua força de trabalho". (apud Gaudemar, 189).

Essa "liberdade de trabalho" encontra-se definida numa dupla determinação: uma de caráter positivo em que o trabalhador dispõe livremente de sua força de trabalho; outra, de natureza negativa, a de que não tendo outra opção que não seja vender a sua força

de trabalho na prática tem absoluta necessidade de vender sua força de trabalho para viver ou não a vende e morre.

Pelo lado do mercado, não sendo este homogêneo, modificando sua estrutura permanentemente no tempo e no espaço, o uso dessa liberdade de compra e venda da força de trabalho vai caracterizar formas de uma mobilidade capitalista de trabalho, levando a concluir que a mobilidade do trabalho, da força de trabalho é introduzida como:

“condição de exercício de sua liberdade de deixar sujeitar ao capital de se tornar mercadoria cujo consumo criará valor e assim produzirá o capital”. (Gaudemar, 1976: 190).

Tal como vista, a mobilidade do trabalho é uma característica do trabalhador submetido ao capital e, portanto, ao modo de produção capitalista. Ele é condição necessária e ainda indicador do seu grau de desenvolvimento, vez que tendo o capitalismo começado com a exploração da força de trabalho para que isso ocorresse era necessário que o trabalhador tivesse adquirido essa mobilidade.

Ela conduz às condições de existência do capitalismo no que se refere inicialmente à produção das forças de trabalho, a sua utilização no processo de produção, a sua circulação entre as diferentes esferas da atividade.

É o uso específico da força de trabalho no sistema capitalista que está na origem da produção da mais valia que pode efetuar-se de dois modos segundo sua utilização pelo capitalista: o primeiro corresponde à mais – valia absoluta e a outra à mais – valia relativa. Ambos correspondem a um excedente de valor do qual o capitalista se apropria, provindo num caso, de um prolongamento da jornada de trabalho, no outro, de modificações quer das técnicas utilizadas quer da divisão do trabalho.

B. nas estruturas heterogêneas de produção:

Na economia brasileira o desenvolvimento do modo capitalista de produção ocorre no momento em que o capitalismo monopolista torna-se dominante à escala mundial, caracterizando-se o seu processo de industrialização como retardatário, vindo a apresentar especificidades que merecem a atenção de estudiosos.

Assim, o eixo da discussão sobre mobilidade da força de trabalho passa a ser analisada não apenas em função da força de trabalho submetida ao capital, mas também em função daquela parcela da população engajada em estruturas heterogêneas de produção.

O tipo de desenvolvimento que se instala tem como motor um estilo de industrialização apoiado em moderna tecnologia, poupadora de mão-de-obra. Isso resulta numa absorção mínima de força de trabalho assalariado comparando-se com uma parcela maior que permanece em situação de desemprego e subemprego.

Nesse contexto, a categoria mobilidade do trabalho, entendida simplesmente como aquela mobilidade da força de trabalho sujeita ao capital, não parece dar conta dos deslocamentos que ocorrem ao nível das atividades organizadas em bases não tipicamente capitalistas. Há que se entendê-la a outras categorias, tais como, trabalho autônomo, trabalho por conta própria, trabalho familiar, para tentar explicar essa realidade onde as relações de trabalho capitalistas não se apresentam como predominantes, ocorrendo formas peculiares de inserção no mercado produtivo. Não se trata, evidentemente, de opor essas categorias entre si, uma vez que, na verdade, elas se opõem unicamente ao capital, porém, pretende-se com isso resgatar o tratamento da questão da mobilidade que perpassa também o trabalho não assalariado.

Mesmo estando fora da oposição trabalho “autônomo” ou por “conta própria”, trabalho assalariado/capital sua existência depende das condições em que aquela oposição se realiza. Ela está submetida à ordem fundamental e, por conseguinte, hegemônica do capital, embora diretamente não venda sua força de trabalho ao capitalismo nem disponha de capital para comprar força de trabalho. É seu próprio patrão e seu próprio empregado.

Nesses termos, distingue-se o trabalhador autônomo, por conta própria, desenvolvido de forma esporádica, eventual, irregular, alternando-se com o assalariado e aquele trabalho autônomo regular. Isso para demonstrar que:

“a alternância com o assalariado pode contribuir para o aumento da taxa de trabalho não retribuído através do mecanismo do exército industrial de reserva e, nesse caso, o nível de exploração do trabalho

assalariado recai sobre o trabalhador por conta própria como consequência de sua própria condição de concorrente imediato do trabalhador assalariado. Isto os aproxima no plano da exploração do trabalho, ambos, trabalhador autônomo e trabalhador assalariado, ficam circunscritos num espaço de pobreza e subversão mediata. (PRANDI, 1978: 32)

Já o trabalho autônomo regular, ao incluir a parcela da população composta por aquelas que executam tarefas de pequena remuneração (biscateiros, ambulantes, artesões, pequenos vendedores e ainda aqueles que também se ocupam de serviços de reparação, pequenos consertos, os prestadores de serviços pessoais, etc.), ou seja, formas mais simples de trabalho que não requerem nenhuma habilidade e nenhuma capitalização, vão se equiparar no que se refere às condições materiais de existência ao autônomo irregular.

Referências a essas formas regulares e/ou irregular, instáveis, a que está submetida, sobretudo, uma parte da força de trabalho podem ser encontradas em diferentes estudos. Desse modo, seja para caracterizar os trabalhadores autônomos (PRANDI, 1978) ou aqueles ditos "marginais" (KOWARIC, 1978), seja para se referir à parcela da população inserida no mercado informal (SANTOS: 1979, SOUZA: 1980) seja, ainda, para proceder à análise do emprego (SINGER: 1979), esses autores colocam a existência de uma força de trabalho que se apresenta disponível para ser utilizada pelo capital.

C. reprodução da força de trabalho e práticas de reprodução adotadas como contraestratégias à mobilidade do trabalho

Para este estudo, interessa, sobretudo, analisar os reflexos da mobilidade da força de trabalho nas condições materiais de existência. Isso porque produção e reprodução são fenômenos interligados e simultâneos em qualquer sociedade, tendo que produzir e consumir.

Assim, cada modo de produção determina as modalidades que assume a reprodução da população; por sua vez tais modalidades são condicionadas, no essencial, pelas relações sociais de produção.

Isso leva a afirmar que a reprodução não é autônoma entre os indivíduos ocupados no meio urbano, ainda que em relações tão tipicamente capitalistas: sua reprodução está baseada na produção e reprodução capitalista que é a forma de produção hegemônica. Desse modo, a reprodução depende de bens produzidos através de empresas capitalistas ou, em todo caso, de bens processados pelo capitalismo – comercialização, transporte, financiamento, etc.

Ao se estender o conceito de mobilidade do trabalho para além das relações sociais estritamente capitalistas, a questão da reprodução também adquire novos contornos. Ou seja, rediscute-se a questão da reprodução que não mais vai se efetivar pelo salário. Caberia, então, toda uma discussão em torno do campo extraeconômico que envolve a reprodução.

Estudos nesse sentido vêm sendo desenvolvidos, (DRUGMAN: 1981, SOUZA: 1985 – BRUNHOFF: 1976, LEITE LOPES: 1979, MACHADO: 1979) que apontam fatores externos que interferem na reprodução. Estes consideram tanto o papel do Estado quanto ações dos trabalhadores como fatores externos para fazer face à reprodução que não se efetiva mais através do salário.

Dentro do quadro que se procurou esboçar, colocam-se para investigação:

1. as relações da mobilidade do trabalho da força de trabalho, inserida no mercado produtivo urbano em estruturas capitalistas de produção ou em formas heterogêneas, com os deslocamentos urbanos.
2. as respostas dessa população – meta face à necessidade de se reproduzir e às precárias condições de trabalho e conseqüente nível de renda (movimentos reivindicatórios e estratégias extraeconômicas);
3. o papel do Estado na criação de mecanismos institucionais como respostas às contradições entre capital x trabalho.

REFERÊNCIAS BIOGRÁFICAS

- BRUNHOF, Suzanne – **Estado e Capital**, Grenoble, Presse Universitaire, 1976, cap. I.
- DRUGMAN, D. **Trabalho, força de trabalho e salariado: além da economia política do capital**, mimeo, 1981.
- FARIA, Vilmar. **Pobreza urbana, sistema urbano e marginalidade (Crítica), Sugestões e um projeto de pesquisas**. Estudos CEBRAP. São Paulo, ed. Brasileira de Ciências.
- GAUDEMAR, Jean-Paul. **Mobilité du travail et acumulation du capital**. Paris, MASPERO, 1979. Colletion Economie et Socialisme.
- LOPES, José Sérgio Leite et Alli. **Mudanças Sociais no Nordeste: a reprodução da subordinação**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- MATHIAS, Gilberto – SALAMA, Pierre. **O estado Superdesenvolvido. (ensaio sobre intervenção estatal e sobre as formas de dominação no capitalismo contemporâneo)**. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- MARX, KARL. **O Capital**. São Paulo, Abril, 1984. Vol. I.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Seleção brasileira, São Paulo, Brasiliense, 1977.
- OUVIEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1980.
- PRANDI, José Reginaldo. **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo, Símbolo, 1978.
- RODRIGUES, Janete Lins. **Acumulação do capital e produção do espaço: o caso da Grand e João Pessoa**. João Pessoa, Ed. Universitária, UFPb, 1980.
- RODRIGUES, Janete Lins. e DROULERS, Martine. **João Pessoa: crescimento de uma capital**. João Pessoa, Fundação Casa de José Américo, 1981.
- SINGER, Paul. **Economia Política do Trabalho**. 2 ed., São Paulo, HUCITEC, 1979.
- SOUZA, Paulo Renato de. **Emprego, Salário e Pobreza**. São Paulo, HUCITEC, 1980.
- SOUZA, Ângela Tude. **Estado e os movimentos populares na esfera da reprodução**. Mimeo, 1981.
- THIOLLENT, Michael. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 2 ed., São Paulo. Polis, 1981.